

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 *A despeito da pressão, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem se mantido firme na defesa da atual política monetária*

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ações de Petrobras e Banco do Brasil contrariam previsões pessimistas

Durante a campanha eleitoral, muitos analistas de investimentos afirmaram que era hora de fugir das ações de empresas estatais. Eles diziam que, em eventual vitória de Lula, os papéis dessas companhias desabariam diante da provável ingerência do governo. Pois bem. Até agora, as ações de Petrobras e Banco do Brasil, as estrelas do portfólio governamental, fazem bonito na Bolsa, com altas de cerca de 20% e 30%, respectivamente. Enquanto isso, o Ibovespa permanece quase parado.

Julgamento do Ferrogrão pressiona governo

Após o Ministério dos Povos Originários cobrar o governo para mudar o posicionamento favorável ao projeto da ferrovia Ferrogrão, a pressão aumenta com a proximidade do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pelo STF em 31 de maio. Além da alteração dos limites de área de proteção permanente (razão da ADI), ambientalistas dizem que os povos indígenas não foram consultados, e que a Ferrogrão aumentará a especulação fundiária, atraindo mais desmatamento em Mato Grosso e no Pará.

Empresários querem corte de juros já

Os empresários estão impacientes com a manutenção da taxa de juros em níveis elevados. Com a aprovação do novo marco fiscal e os sinais de trégua da inflação, boa parte deles acredita que chegou a hora de redução da Selic. “Não dá mais para suportar um cenário desses”, desabafou, em um grupo de WhatsApp, o presidente de uma construtora paulista. “Está difícil demais vender”, concordou o diretor de uma rede de concessionárias de carros. A despeito da pressão, que certamente ganhará volume nas próximas semanas, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem se mantido firme na defesa da atual política monetária, recusando-se a dar qualquer indício de que o ciclo de quedas esteja prestes a começar. Entre economistas, a expectativa é de que o BC corte os juros apenas em sua reunião de setembro. Antes disso, haverá outros dois encontros, em junho e agosto, mas o mercado duvida que alguma mudança seja feita nessas ocasiões.

Isac Nóbrega/PR



Latam avança no mercado brasileiro

A Latam fechou abril na liderança do setor aéreo brasileiro. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a empresa alcançou, no mês, a maior participação (em RPK) do mercado doméstico (37,4%) e internacional (22,06%). Além disso, registrou crescimento de 21,6% no número de passageiros transportados. Atualmente, viaja pra 55 destinos no Brasil e 21 internacionais (em 28 rotas operadas a partir de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e Fortaleza).

R\$ 17 BILHÕES

foi o prejuízo da operadora OI nos três últimos meses de 2022. Afundada em dívidas, a empresa aguarda a aprovação de seu novo plano de recuperação judicial



A Câmara dos Deputados deu uma demonstração de que busca um entendimento para ajudar o Brasil a recuperar taxas de crescimento mais expressivas. Isso também nos dá confiança de que a reforma tributária é a próxima tarefa a cumprir

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, sobre a aprovação do arcabouço fiscal

Ed Alves/CB/DA.Press



RAPIDINHAS

Os bancos adotaram uma boa medida para coibir fraudes contra clientes. Em decisão conjunta, as instituições decidiram compartilhar informações sobre golpes, especialmente os digitais. A ideia é criar um sistema eletrônico para o registro e consulta de ocorrências. Em 2022, foram identificados no país 1,3 milhão de vírus voltados para o roubo de dados financeiros.

O turismo doméstico brasileiro decolou em 2023. No primeiro trimestre, segundo dados da Fecomercio-SP, o faturamento do setor acelerou 25,4% em relação a um ano atrás. Para a entidade, o bom resultado se deve ao melhor ambiente econômico do país, mas também havia demanda reprimida.

A Meta, dona do Facebook, inicia, nesta semana, mais uma rodada de demissões em suas operações mundo afora, inclusive no Brasil. Uma estimativa diz que pelo menos 6 mil funcionários poderão ser desligados, mas há o risco de o número ser muito maior. Em 2022, o conglomerado demitiu cerca de 11 mil colaboradores.

A França impôs uma medida radical para diminuir a emissão de gases do efeito estufa: proibiu voos domésticos de curta distância. A mudança afeta principalmente as viagens entre Paris e centros regionais como Nantes, Lyon e Bordeaux. Segundo as autoridades, a ideia é de que os trens, que são menos poluentes, substituam os aviões.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores apreensivos

Líderes dos estados concordam com a necessidade de mudanças nos impostos. Centro-Oeste teme perder arrecadação

» VICTOR CORREIA

Embora concordem com a necessidade da reforma tributária, os governadores mostram preocupação com a falta de definição de um texto inicial e com o curto prazo para apreciação da matéria, já que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a proposta ainda no primeiro semestre. Os representantes do Centro-Oeste, além disso, acenderam o alerta para uma queda na arrecadação.

A reforma entrou no horizonte próximo do Legislativo após a aprovação do novo marco fiscal na Câmara, na última terça-feira. Para discutir o tema, os governadores se reuniram, ontem, em Brasília, num encontro capitaneado pelo líder do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Estiveram presentes 24 governadores — outros três mandaram representantes. Também compareceram o secretário especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o relator da matéria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-BA), e o presidente do GT da reforma, Reginaldo Lopes (PT-MG).

“Todos os governadores apoiam a reforma, mas querem ver o texto, que ainda não foi elaborado. Então, todos estão muito inseguros. Mas há um ambiente para que a gente possa ter apoio majoritário para a reforma”, afirmou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

Os parlamentares disseram que uma minuta inicial deve ser apresentada no começo de junho. Entre as preocupações dos governadores estão o financiamento do

PAULO H CARVALHO



Chefes dos executivos estaduais reunidos em Brasília: a maioria apoia a iniciativa, mas cobra detalhes da proposta para melhor avaliação

Fundo de Desenvolvimento Regional, mecanismos de compensação para estados menores, e o desenho das alíquotas. Também é preciso definir o modelo do Imposto de Valor Agregado (IVA), se vai ser simples ou dual.

Outro ponto sensível é a manutenção da Zona Franca de Manaus. O governador do Amazonas, Wilson Lima (União), lembrou que o governo prometeu que nada muda, mas ressaltou que ainda precisa ser apresentado o mecanismo que permitirá a manutenção da Zona Franca.

Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul, destacou que o histórico da relação entre a União

e os estados não é bom, com repasses de gastos e perdas de arrecadação. Como outros governadores, ele teme uma votação apressada no Legislativo. “Estamos na expectativa de ter a oportunidade de trabalhar o texto, para evitar algo que pode ir contra o interesse dos estados”, frisou.

Centro-Oeste

O Centro-Oeste foi a região mais vocal contra a proposta. Os três estados avaliam que podem ter uma grande perda de arrecadação com a unificação de impostos, especialmente o ICMS, principal fonte de receita

estadual. Segundo Mauro Mendes (União), do Mato Grosso, dados divulgados por Bernard Appy mostram que, nos próximos 20 a 40 anos, cinco estados serão “super ganhadores” com a reforma, e cinco “grandes perdedores” — incluindo o três da região.

Para Mendes, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás representam parcela considerável das exportações, especialmente do agronegócio, e precisam de investimentos em infraestrutura e logística. “O Centro-Oeste vai ter que debater com muita clareza, e encontrar soluções junto ao Congresso Nacional”, frisou. Ele disse, porém, que concorda

“em conceito” com a reforma, em temas como a simplificação de tributos.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), criticou pesadamente a proposta. Segundo ele, os chefes dos estados não podem ser apenas “ordenadores de despesas”, distribuindo recursos recebidos da União, e frisou que o governo não pode “dissolver a Federação” em prol da reforma. “Demonizar o ICMS não resolve o problema do Brasil”, afirmou Caiado. Segundo ele, enquanto não houver um detalhamento maior e medidas para compensar a perda de arrecadação nos estados, Goiás é contra a reforma.

Para Haddad, caminho está aberto

» RENATA GONÇALVES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o resultado expressivo da votação da nova regra fiscal na Câmara dos Deputados, na noite da última terça-feira, dá “muita confiança” ao governo para a aprovação da reforma tributária. A expectativa, segundo o ministro, é de que a reforma seja votada na Câmara ainda neste semestre.

“[A aprovação] dá muita confiança de que a reforma tributária é a próxima tarefa a cumprir. Vamos colocar toda a equipe da secretaria extraordinária a serviço do relator”, disse ele, ontem.

O projeto para a reforma, no entanto, ainda está em fase de discussão em um grupo de trabalho montado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda sem prazo para passar pelo plenário.

Haddad disse que Lira “deixou muito claro” que pretende votar o texto antes do recesso. E destacou ainda que a aprovação da regra fiscal por 372 votos a favor e 108 contra mostra que o governo tem base no Congresso.

“Ficou demonstrado que é possível, com um bom projeto, angariar apoio expressivo dos parlamentares. Dizia-se muito que composição da Câmara e Senado seria obstáculo para as reformas, e estamos vendo que, com bom senso e diálogo, é possível”, afirmou.